

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013
(Do Sr. Valtenir Pereira)

Dispõe sobre os requisitos mínimos de assinatura para fins de perícia criminal destinada a reconhecimento de escritos por comparação de letra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente lei destina-se a viabilizar a análise técnico-científica, por parte dos Peritos Criminais, das assinaturas, assinaturas abreviadas ou qualquer manuscrito que represente a assinatura de qualquer pessoa física ou jurídica, nas ocasiões em que se exigir ou for útil o exame pericial, materializado mediante laudo ou outro documento técnico.

Art. 2º A assinatura abreviada ou o manuscrito de cada pessoa física, assinando em representação ao próprio nome ou representando pessoa jurídica, deverá conter, no mínimo, as seguintes características:

I - as iniciais do nome e sobrenomes, anteriores ao último sobrenome, deverão estar presentes;

II - o último sobrenome deverá estar presente e por extenso;

III - se o último sobrenome possuir menos de quatro letras, o sobrenome ou nome imediatamente anterior também deverá ser escrito por extenso.

Art. 3º A perícia de que trata esta lei deverá ser feita por perito oficial.

25E4274B14

25E4274B14

Art. 4º Não serão consideradas como válidas assinaturas abreviadas ou manuscritos de cada pessoa física, assinando em representação ao próprio nome ou representando pessoas jurídicas, em desconformidade com esta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com a apresentação deste projeto de lei, buscamos reduzir o número de emissão de laudos periciais criminais em razão da falta de elementos identificadores mínimos nas assinaturas.

O exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letras, tal como previsto pelo artigo 174 do Código de Processo Penal, reveste-se de grande relevância.

Os exames escritos são, sem dúvida, dos mais delicados, destinando-se as perícias caligráficas a autenticar documento, submetido ao técnico, como sendo do punho da pessoa, que se precisa provar seja o seu autor, ou, então, proclamar a respectiva falsidade, com o esclarecimento do responsável pela falsificação ou contrafação.

Tem, pois, essa perícia uma peculiaridade: pode ser chamada a controlar a eficiência de outros elementos trazidos ao processo, como meio de prova.

Daí a importância da proposição, para a qual rogamos o endosso dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**